



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
DINF – DIVISÃO DE INFORMÁTICA



**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. FUNDAMENTOS LEGAIS**

1.1 A contratação do objeto deste Termo de Referência tem amparo legal na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de julho de 2002 e nos decretos nº 5.450, de 31 de maio de 2005 – “Pregão Eletrônico” e Decreto nº 3.555, de 08 de Agosto de 2000, e subsidiariamente nas normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as demais condições e exigências contidas neste documento.

1.2 O presente documento foi elaborado em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e com os princípios contidos nos instrumentos legais vigentes referentes a contratações no âmbito da Administração Pública Federal, notadamente, a Instrução Normativa nº 04, de 11 de setembro de 2014 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

1.3 Os licitantes eventualmente interessados em participar deste certame licitatório deverão observar rigorosamente todas as especificações constantes do Termo de Referência.

1.4 Desse modo, o planejamento aqui descrito contém os elementos essenciais fixados nas referidas normas, descritos de forma a subsidiar a instrução do procedimento licitatório e a participação dos interessados em concorrer no certame.

**2. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

2.1 Contratação de empresa para prestação de serviço de licenciamento de software para gerenciamento de fitotecas utilizadas para armazenamento do backup do mainframe em uma Virtual Tape Library (VTL) modelo EMC, utilizada na Coordenação de Tecnologia da Informação da Polícia Federal – CGTI/DPF.

2.2 O software deve possuir características tais que provejam, no mínimo, o mesmo nível de serviço do sistema utilizado atualmente neste órgão, qual seja o GFS/AFM – Administrador de Fitotecas, principalmente no tocante à restauração dos dados existentes.

2.3 O presente processo se destina à contratação de licença de uso de software para uso em plataforma mainframe, por tempo determinado, considerando a capacidade máxima de processamento de 208 MIPS, para atender a funcionalidade de gerenciamento de fitas virtuais. Não se aplicam disposições relativas ao cálculo demanda x quantidade, conforme disposto no Art. 15, V, da IN nº 02/2008 – SLTI/MPOG.



### 3. OBJETIVO

3.1 Contratar licença de software para possibilitar o gerenciamento de Fitas Virtuais de Backup em ambiente mainframe.

### 4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – JUSTIFICATIVA DA DEMANDA

4.1 Recentemente esta CGTI/DG/DPF adquiriu uma *Virtual Tape Library* (VTL) modelo EMC que permitiu a modernização da solução de backup da instalação. Atualmente, há 2500 pseudo-cartuchos lógicos em utilização. Não há mais cartuchos físicos no ambiente de backup da CGTI.

4.2 O software GFS/AFM vem sendo utilizado para gerenciamento da fitoteca. O software administra as fitas-cartucho no processo de cópia de segurança de todo o sistema de grande porte, permitindo a administração de forma rápida, segura e simples das 2.500 (duas mil e quinhentas) mídias virtuais definidas na VTL. O espaço designado para a VTL é de 8.8 Tb (oito ponto oito terabytes) sendo que desses encontram-se utilizados atualmente com o backup 4.2 Tb (quatro ponto dois terabytes). A licença do software, contudo, expirou em 29/01/2015.

4.3 A contratação de licença de software para gestão da fitoteca faz-se necessária em razão do atual estágio de uso da VTL. A eventual descontinuidade dos serviços causaria os seguintes transtornos:

4.3.1 Vulnerabilidade do controle das fitas backups;

4.3.2 Perdas na reutilização das fitas antes de sua liberação controlada pela política de retenção do software;

4.3.3 Erros constantes, devido ao volume de fitas e dados existentes hoje na CGTI/DPF, caso o controle venha a ser realizado de forma manual.

### 5. PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante neste documento e seus anexos.

5.2 Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

5.2.1 Reunidas em consórcio ou que estejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si;

5.2.2 Em recuperação judicial ou extrajudicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

5.2.3 Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso;

5.2.4 Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, bem como impedida de licitar e contratar com a PF;





5.2.5 Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

## 6. REQUISITOS – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- 6.1 Utilizar somente os catálogos ICF do sistema Z/OS como base de dados para proteção de arquivos em fita;
- 6.2 Funcionar e executar em sistema operacional z/OS 1.11 ou versões superiores;
- 6.3 Ser compatível com ambiente IBM ZSERIES z10 BC, com processador de 208 MIPS (duzentos e oito milhões de instruções por segundo);
- 6.4 Proteger comandos e utilitários da solução por software de segurança RACF ou similar;
- 6.5 Possuir no mínimo interface de operação CONSOLE, BATCH e TSO;
- 6.6 Possuir interface dinâmica com a VTL EMC e para suas unidades de fita / mídias físicas ou virtuais;
- 6.7 Possuir cadastramento dinâmico de *ranges* de volumes, sem a necessidade de reformatação de bases de dados;
- 6.8 Possuir comandos ou utilitários para inicialização, cópia, limpeza e mapa de *labels*;
- 6.9 Possuir controle de volumes em cofres de segurança sem limite quanto ao número de cofres definidos;
- 6.10 Emitir relatórios estatísticos, inventários, relação de volumes liberados ou retidos;
- 6.11 Possuir funções de ajuda para todos os comandos e procedimentos on-line;
- 6.12 Proteger volumes com a estrutura *multi-file / multi-volume* mesmo com arquivos de retenções distintas;
- 6.13 Permitir a recuperação de entradas de arquivos gravados em fitas nos catálogos do sistema, através de LOGs gerados pelo produto ou por meio de sua base de dados;
- 6.14 Ser capaz de reter volumes *multi-files* enquanto existirem arquivos catalogados no mesmo, ou seja, os volumes só serão liberados quando expirar a retenção de todos os arquivos;
- 6.15 Garantir que os *datasets* transferidos para o novo volume, em caso de substituição, mantenham todos os atributos originais de gravação para o novo volume;
- 6.16 Garantir disponibilidade 24x7, tolerante a falhas, permitindo que manutenções na base possam ser executadas sem indisponibilidade do produto;
- 6.17 Garantir que as fitas que contenham os backups existentes atualmente (4.2 Tb)



possam continuar sendo lidas e interpretadas pela solução, a partir do reconhecimento do padrão atualmente gravado ou da migração das mesmas.

## 7. TIPO DE CONTRATAÇÃO

7.1 Trata-se da contratação de serviço por **PREGÃO ELETRÔNICO** tendo em vista que há empresas que licenciam softwares para gestão de fitotecas virtuais em ambiente mainframe. A pesquisa, de modo algum exaustiva, demonstrou que há soluções no mercado que podem atender às necessidades de gestão da VTL da CGTI/DPF.

7.2 O tipo de licitação é o **MENOR PREÇO POR ITEM**, que se constituirá no critério de seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços de informática.

7.3 Trata-se de processo de licenciamento de um único item de software, para o qual será determinado um único fornecedor, já que o objeto não é divisível.

## 8. ENTREGA E INSTALAÇÃO

8.1 O software licenciado deverá ser entregue, instalado, configurado e testado pela proponente, disponibilizado em perfeitas condições de operação na CGTI/DPF e homologado pelo fiscal técnico do contrato, cujo endereço consta do Anexo II, devendo a entrega, a instalação, a configuração e os testes serem informados com, no mínimo, **5 (cinco) dias corridos de antecedência**.

8.1.1 A entrega, a instalação, a configuração e os testes deverão ocorrer de segunda-feira a sexta-feira, em horário comercial.

8.2 As despesas de custeio com deslocamento dos técnicos da proponente ao local de instalação, bem como todas as despesas de transporte, diárias, seguro ou quaisquer outros custos envolvidos ficam a cargo exclusivo da CONTRATADA.

8.3 O método de trabalho e os produtos gerados pela CONTRATADA devem obedecer aos critérios definidos na metodologia vigente da CGTI/DPF e demais padrões de qualidade e segurança relacionadas à tecnologia da informação.

8.4 Os serviços relacionados ao software licenciado serão considerados como finalizados após a homologação, por meio de registro de recebimento, por parte da CGTI.

8.5 O software licenciado será aceito após teste minucioso realizado pelo fiscal técnico do contrato. Por meio do referido teste, proceder-se-á à checagem das perfeitas condições da licença, bem como do respectivo funcionamento e das especificações de conformidade com o especificado neste Termo de Referência.

## 9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 9.1 AVALIAÇÃO TÉCNICA

9.1.1 **Serão desclassificadas** as propostas que não apresentarem a habilitação técnica na forma e conteúdo exigidos neste Termo de Referência.

9.1.2 **Serão desclassificadas** as propostas que sejam omissas, vagas ou





apresentem irregularidades e defeitos capazes de dificultar o julgamento objetivo.

9.1.3 **Serão desclassificadas** as propostas que não atendam às demais exigências deste Termo de Referência, de seu Anexo e da legislação vigente.

## 9.2 AVALIAÇÃO DE PREÇO

9.2.1 Será considerado vencedor aquele que apresentar o **MENOR PREÇO**, atendendo os requisitos deste Termo de Referência e legislação pertinente.

9.3 Será considerado vencedor aquele que apresentar menor preço global (item único), por se tratar de processo de licenciamento simples de software, para o qual não é demandado nenhum outro tipo de análise.

## 10. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.1 A licitante detentora da melhor proposta comercial válida na fase de lances deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, **no mínimo, 01 (um) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, a ser(em) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em documento timbrado, e que comprove(m) que a licitante já forneceu no mínimo 01 (uma) solução similar ao objeto descrito neste Termo de Referência.

10.2 A apresentação de Atestado de Capacidade técnica visa a comprovação de aptidão da Licitante para atender de modo pertinente e compatível o objeto desta licitação, conforme o art. 30 da Lei nº 8.666/93 e o Art. 15 da IN 02/2008 – SLTI/MPOG.

10.3 A habilitação jurídica consiste no exame da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e à qualificação técnica. Tem por objetivos comprovar:

10.3.1 O fiel cumprimento da legislação pela licitante;

10.3.2 A boa situação econômico-financeira da licitante, bem como a sua capacidade financeira para assumir os compromissos decorrentes da adjudicação do contrato.

10.4 A licitante deverá apresentar a documentação para habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e qualificação técnica.

## 11. ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

11.1 A proposta de preços será apresentada conforme modelo Anexo I deste Termo de Referência.

11.2 A proposta deverá conter as especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas serviços ofertados, incluindo todas as especificações que de forma inequívoca identifiquem e constatem as configurações cotadas, comprovando-os através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas editadas pelo fabricante.

11.3 Na proposta deverão ser apresentadas quaisquer outras informações afins, que a proponente julgar necessárias ou convenientes.



11.4 A proponente deverá garantir em sua proposta, para avaliação e concordância, documentação contendo os detalhes técnicos que comprovem o atendimento das especificações e funcionalidades dos equipamentos e software incluídos.

11.5 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo os serviços ser prestados à PF sem ônus adicional.

11.6 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

11.7 A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte da LICITANTE, das condições estabelecidas neste instrumento e seus Anexos.

11.8 A proposta deverá constar seu prazo de validade, **não inferior a 60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de sua apresentação.

## 12. TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

12.1 É parte integrante do escopo de fornecimento toda a documentação técnica e de usuário, relativamente aos componentes integrantes da solução, de forma a assegurar ao DPF absorção do conhecimento que possibilite o total domínio das técnicas e tecnologias disponíveis nos componentes da solução, incluindo as informações definidas a seguir:

12.1.1 Manuais de instalação e configuração;

12.1.2 Manuais de usuário na língua portuguesa do Brasil ou inglesa, abrangendo todos os módulos do software aplicativo;

12.1.3 Cópia, em mídia apropriada, da documentação relativa ao software aplicativo, de forma compatível com OpenOffice, HTML e/ou PDF, na versão corrente, além de cópia impressa.

## 13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### 13.1 TERMO DE ACEITE

#### 13.1.1 Da Aceitação da Solução

##### 13.1.1.1 Aceitação Provisória

13.1.1.1.1 Conforme a solicitação de aquisição, o fornecedor deverá apresentar, após entrega, instalação e configuração da solução, o termo de aceitação provisória, previsto no Anexo, preenchido pela empresa, contendo a descrição dos serviços realizados, que deverá ser assinado por servidor do DPF responsável pelo recebimento provisório da solução naquela localidade.

13.1.1.1.2 O prazo para a entrega da solução para aceitação provisória será de, no máximo, 10 (dez) dias corridos **a contar da assinatura do contrato**.





### 13.1.1.2 Aceitação Definitiva

13.1.1.2.1 A empresa deverá apresentar à CGTI/DPF o Termo de Aceite Provisório devidamente assinado. Após recebimento desse termo, **no prazo de 10 (dez) dias úteis**, a CGTI/DPF emitirá parecer conclusivo sobre aceitação do fornecimento em questão, o qual caracterizará o aceite definitivo da solução.

## 13.2 FISCALIZAÇÃO

13.2.1 A execução do serviço será acompanhada e fiscalizada por servidor designado na condição de Fiscal do Contrato, o qual deverá:

13.2.1.1 Manter registro da gestão contratual, inclusive de aditivos;

13.2.1.2 Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e verificar o cumprimento integral da execução do objeto;

13.2.1.3 Manter registro de ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando todas as ações necessárias para a regularização das faltas ou defeitos;

13.2.1.4 Receber, atestar e autorizar os documentos da despesa, quando comprovado o fiel e correto fornecimento/prestação, para fins de pagamento;

13.2.1.5 Comunicar, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidades, bem como efetuar as glosas na Nota Fiscal e/ou Fatura;

13.2.1.6 Promover as fiscalizações Inicial, Diária, Mensal e Especial, constantes na Instrução Normativa nº 02/2008 e nº 04/2014 – SLTI/MPOG;

13.2.1.7 Encaminhar às autoridades competentes eventuais pedidos de modificação contratual;

13.2.1.8 O objeto da contratação estará sujeito a mais ampla e rigorosa fiscalização, a qualquer hora, em todas as áreas abrangidas pelo serviço de fornecimento de licenças de softwares, obrigando a CONTRATADA a prestar todos os esclarecimentos necessários que forem solicitados;

13.2.1.9 O representante da Administração promoverá o registro das ocorrências verificadas, durante a execução do contrato, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

13.2.1.10 A presença do fiscal do contrato como representante da CGTI/DPF não diminuirá a responsabilidade da CONTRATADA, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, que não implicarão corresponsabilidade da CGTI/DPF ou do servidor designado para a fiscalização;

13.2.1.11 O fiscal do contrato poderá sustar, recusar ou mandar refazer quaisquer serviços que estejam em desacordo com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, determinando prazo para a correção de possíveis falhas ou substituições de produtos em desconformidade com o solicitado;



13.2.1.12 O fiscal comunicará, por escrito, as deficiências porventura verificadas no fornecimento, para imediata correção, sem prejuízo das sanções e glosas cabíveis;

13.2.1.13 Eventuais irregularidades de caráter urgente deverão ser comunicadas, por escrito, ao fiscal de contrato, com os esclarecimentos julgados necessários e, as informações sobre possíveis paralisações de serviços, a apresentação de relatório técnico ou razões justificadoras a serem apreciadas e decididas pelo servidor designado;

13.2.1.14 As decisões e providências sugeridas pela empresa ou julgadas imprescindíveis, que ultrapassem a competência do fiscal designado pelo CGTI/DPF, deverão ser encaminhadas à autoridade superior, para a adoção das medidas cabíveis;

13.2.1.15 Ao fiscal do contrato fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e das cláusulas do futuro contrato, além de solicitar a substituição de qualquer empregado da CONTRATADA;

13.2.1.16 O fiscal observará todas as determinações contidas na IN nº 02/2008 SLTI/MPOG alterada pela IN nº 03/2009 SLTI/MPOG, e ainda na IN nº 04/2014 – SLTI/MPOG.

13.2.1.17 A CONTRATANTE se reserva no direito de rejeitar, no todo, o fornecimento das licenças, se em desacordo com o contrato.

13.3 A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

13.4 A ocorrência de qualquer dessas hipóteses não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, conforme dispõe o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5 Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.

13.6 O Fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento da licença, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

13.7 A CONTRATADA deverá indicar representante oficial para representá-la na execução do Contrato.

#### 14. MODELO DE FORNECIMENTO – MANUTENÇÃO DO FUNCIONAMENTO E NÍVEIS DE SERVIÇO

##### 14.1 MANUTENÇÃO DA SOLUÇÃO





14.1.1 Os módulos de software integrantes do escopo de fornecimento deverão contemplar o suporte, a assistência técnica e o fornecimento de manutenções corretivas, preventivas e adaptativas pelo **período de vigência contratual**, a partir do aceite formal pelo DPF, conforme cronograma de execução.

14.1.2 Todas as manutenções corretivas, preventivas e adaptativas do software devem ser realizados pelo fornecedor e uma cópia deve ser encaminhada por meio magnético para o DPF, no endereço constante do Anexo II.

14.1.3 O atendimento e os serviços decorrentes da manutenção do software deverão ser prestados diretamente nos locais de instalação.

14.1.4 A execução dos serviços de manutenção será de **24x7 on-site** com tempo de solução **em até 8 (oito) horas** após o registro de acionamento do suporte executado pela CONTRATANTE, no endereço constante no Anexo II deste Termo de Referência.

14.1.5 A CONTRATADA deverá comprometer-se a garantir todas as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

14.1.6 A CONTRATADA deverá fornecer meio para realização de chamados de acionamento do suporte através de telefone com tarifação reversa (tipo 0800).

14.1.7 A CONTRATADA deverá fornecer o endereço eletrônico – site oficial – para os serviços relacionados à manutenção, tais como, suporte on-line, suporte a atualizações e correções das novas versões.

14.1.8 Durante o período de vigência contratual, todas as locomoções, instalações de atualização de versão e todos os demais serviços técnicos deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

## 14.2 NÍVEIS DE SERVIÇO

14.2.1 Durante a vigência do contrato a CONTRATADA deverá atender aos chamados para assistência técnica e realizar qualquer atendimento necessário para o perfeito funcionamento da solução, devendo ser atendidas as seguintes condições:

14.2.1.1 A assistência técnica será realizada em qualquer dia, após solicitação do DPF por meio de telefonemas, notificação via fax ou mensagens eletrônicas;

14.2.1.2 Os chamados serão registrados e deverão estar disponíveis para acompanhamento pela equipe do DPF, contendo data e hora do chamado, o problema ocorrido, a resolução, data e hora de conclusão;

14.2.1.3 A CONTRATADA terá o **prazo de 8 (oito) horas** para resolução de defeitos da solução;

14.2.1.4 A subcontratação de serviços de terceiros, por parte da CONTRATADA só será permitida mediante prévia consulta e aceitação por parte do DPF.

14.2.2 Em atendimento ao inciso VIII do art. 17 da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2/2008 e suas alterações, **o nível de serviço mínimo para a entrega da licença adquirida** será dado pela Tabela I, que representa a relação entre o tempo, em dias



corridos, para entrega da solução e respectivas sanções administrativas aplicáveis para cada caso:

PRAZO	SANÇÃO
Tempo para a entrega $\leq$ 10 (dez) dias corridos	Aceito
11 (onze) dias corridos < Tempo para a entrega $\leq$ 20 (vinte) dias corridos	<b>Multa de 1% (um por cento) do valor anual da licença</b> por dia de atraso contido neste período
21 (vinte e um) dias corridos < Tempo para a entrega $\leq$ 30 (trinta) dias corridos	<b>Multa de 1,5% (um e meio por cento) do valor anual da licença</b> por dia de atraso contido neste período
Tempo para a entrega > 30 (trinta) dias corridos	Sanções relacionadas no item 21 deste Termo de Referência

Tabela 1 - Entrega da Solução

14.2.3 Em atendimento ao inciso VIII do art. 17 da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2/2008 e suas alterações, o nível de serviço mínimo para **a manutenção do funcionamento e suporte técnico** será dado pela Tabela II, que representa a relação entre o tempo em horas/dias corridos, para a resolução dos chamados e respectivas sanções aplicáveis para cada caso:

PRAZO	SANÇÃO
Tempo para a entrega $\leq$ 8 (oito) horas corridas	Aceito
8 (oito) horas < Tempo para a entrega $\leq$ 24 (vinte e quatro) horas corridas	<b>Multa de 5% (cinco por cento) do valor mensal da licença</b> neste período.
Tempo para a entrega > 24 (vinte e quatro) horas corridas	Sanções relacionadas no item 21 deste Termo de Referência

Tabela 2 - Resolução dos Chamados

## 15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1 Entregar o objeto deste Termo de Referência nos prazos estabelecidos;
- 15.2 Apresentar comprovantes das especificações técnicas do software constante neste Termo de Referência;
- 15.3 O software fornecido deverá ser **totalmente compatível** com o hardware e software utilizados pelo Departamento de Polícia Federal, a fim de que seja utilizado todo o potencial que o produto poderá disponibilizar;
- 15.4 A entrega do software no local descrito no Anexo II deste documento ocorrerá sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE;
- 15.5 Manter, durante toda a execução do Contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas em relação a todas as condições de habilitação e qualificação





exigidas para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que solicitado, os comprovantes de regularidade fiscal;

15.6 O não atendimento do disposto nesta cláusula enseja a rescisão unilateral do contrato por parte da administração;

15.7 O PAGAMENTO referente ao contrato objeto desta licitação ficará condicionado à comprovação, por parte da CONTRATADA, da manutenção de todas as condições de habilitação, aí incluídas a regularidade fiscal para com o FGTS e a Fazenda Federal, com o objetivo de assegurar o cumprimento do art. 2º da Lei nº 9.012/95 e arts. 29, incisos III e IV, e 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

15.8 Obedecer, rigorosamente, as condições deste Termo de Referência, devendo qualquer alteração ser autorizada previamente por escrito pela CONTRATANTE;

15.9 Regularizar, sem quaisquer ônus e quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de ser declarada inidônea e de sofrer penalidades, as possíveis irregularidades observadas no decorrer da entrega ou quando do funcionamento irregular;

15.10 Observar, no que couber, o Código Civil Brasileiro, Normas Técnicas, as Leis e os regulamentos pertinentes;

15.11 Prestar toda a orientação necessária para instalação e a perfeita utilização dos softwares e sua aplicação para a obtenção de seu máximo desempenho;

15.12 Licenciar o software contratado por todo o período de vigência contratual. A interrupção do licenciamento durante o período de vigência do contrato ocasionará sanções, uma vez que se configura inexecução parcial prevista na seção 21.

15.13 A aceitação dos softwares será feita por meio de documento próprio, após a conferência dos materiais disponibilizados pela CONTRATADA, emitido pela pessoa/comissão designada pela CGTI/DPF para este fim;

## 16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1 Acompanhar e fiscalizar o andamento da entrega do objeto contratado por intermédio da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação/DPF;

16.2 Avaliar, a qualquer tempo, a utilização e desempenho do objeto, ficando a critério da CONTRATANTE a utilização de qualquer ferramenta de análise, de onde será gerado um relatório técnico, que servirá para acompanhamento da utilização e desempenho do serviço;

16.3 Notificar a CONTRATADA sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

16.4 Permitir o acesso dos funcionários da CONTRATADA às dependências do DPF para entrega, instalação e manutenção do software, respeitando as normas que disciplinam a segurança do patrimônio, das pessoas e das informações.

16.5 Realizar mensalmente o pagamento como contraprestação aos serviços recebidos



no período.

## 17. DA VIGENCIA CONTRATUAL

### 17.1 VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1.1 Por tratar-se de licenciamento de software, a vigência do contrato será de 48 (quarenta e oito) meses a contar da data de assinatura do contrato com eficácia a partir da publicação do extrato de contrato no Diário Oficial da União, na forma definida no art. 57, inc. IV da lei nº 8.666/93.

### 17.2 ALTERAÇÃO CONTRATUAL

17.2.1 O CONTRATO poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas e adequadas justificativas.

### 17.3 RESCISÃO CONTRATUAL

17.3.1 No caso de atraso de entrega ou inexecução do contrato superior a **90 (noventa) dias**, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações.

17.3.2 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento, conforme art. 77 da Lei nº 8.666/93.

17.3.3 Caberá rescisão contratual, na ocorrência de quaisquer dos motivos relacionados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

17.3.4 A rescisão do contrato poderá ser:

17.3.4.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

17.3.4.2 Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; e

17.3.4.3 Judicial, nos termos da legislação.

17.3.5 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados que houver sofrido, tendo direito:

17.3.5.1 Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

17.3.5.2 Pagamento do custo da desmobilização; e

17.3.5.3 Devolução da garantia.

## 18. DA GARANTIA CONTRATUAL

18.1 Para a execução das obrigações assumidas, o DPF exigirá da empresa





vencedora, **em até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato**, a prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor total, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/93, que será liberada ou restituída somente após o término da vigência contratual e desde que não haja pendências.

18.2 A inobservância do prazo fixado para depósito da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

18.3 O atraso **superior a 30 (trinta) dias** autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia.

18.4 A retenção efetuada com base no item 18.3 desta cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

18.5 O valor da garantia poderá ser utilizado para corrigir as imperfeições verificadas na execução dos serviços, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento contratual e de indenização por danos causados ao patrimônio da União ou de terceiros.

18.6 O valor da garantia se reverterá em favor do DPF, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da CONTRATADA, sem prejuízo das perdas e danos por ventura verificados.

18.7 Havendo interesse em estender a vigência contratual, o DPF exigirá reforço da garantia.

## 19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o Departamento de Polícia Federal, cujos programas de trabalho e elemento de despesas especificadas constarão da respectiva Nota de Empenho.

## 20. PAGAMENTO

20.1 O pagamento será efetuado à empresa ao término de cada período mensal de apuração, **no prazo de até 30 (trinta) dias** contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais/Faturas, observado Art. 40 Inc. XIV, "a" da Lei 8.666/1993. As Notas Fiscais/Faturas serão pagas após serem devidamente atestadas pelo Fiscal, designado em documentação própria, podendo o Departamento de Polícia Federal descontar eventuais multas que tenham sido impostas à empresa e que tenham excedido o valor da garantia.

20.2 Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

20.3 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de aplicação de penalidade ou inadimplência decorrentes do presente processo.



20.4 As notas fiscais contendo incorreções serão devolvidas à empresa, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, com as razões da devolução apresentadas formalmente, para as devidas retificações. Neste caso, o prazo de 30 dias para o pagamento será computado a partir do recebimento da nota corrigida;

20.5 A empresa CONTRATADA deverá indicar na Nota Fiscal/Fatura o número do Contrato firmado com o Departamento de Polícia Federal;

20.6 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

20.7 O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamento. No caso de prorrogação do contrato, o DPF deverá exigir reforço da garantia.

## 21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 No caso da inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, estará sujeita a empresa adjudicatária às sanções previstas na legislação específica, podendo a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

21.1.1 **Advertência**, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da CONTRATADA, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

21.1.2 **Multa de 5% (cinco por cento) do valor mensal** da fatura por dia de interrupção do licenciamento do software, limitado ao máximo de 30% da fatura mensal;

21.1.3 **Multa de 5% (cinco por cento) por dia de atraso** sobre o valor do contrato para o caso de descumprimento das obrigações assumidas até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;





21.1.4 **Multa de 10% (dez por cento) por dia de atraso** sobre o valor do contrato para o caso de descumprimento das obrigações assumidas após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 20% (vinte por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

21.1.5 **Multa indenizatória de 20% (vinte por cento)** sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

21.2 No caso de inexecução do contrato superior a **90 (noventa) dias**, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações.

21.3 No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento.

21.4 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

21.5 As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando para o atraso no cumprimento das obrigações for apresentada justificativa por escrito pela empresa CONTRATADA, **no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, e aceita pela CONTRATANTE;

21.6 Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

21.7 As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais;

21.8 A multa aplicada após regular processo administrativo deverá ser recolhida **no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

## 22. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL – IN nº. 01/2010-SLT/MPOG

22.1 A empresa contratada adotará as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

22.2 Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

22.3 Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;



22.4 Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

22.5 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

22.6 Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;


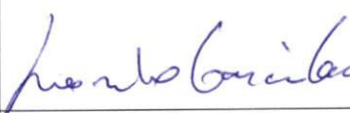
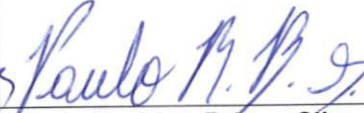
22.7 Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

22.8 Os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

22.9 Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, e utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

22.10 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Brasília, 08 de março de 2016

Integrante Técnico	Integrante Requisitante	Integrante Administrativo
 <b>Midori Matsunaga Yamaguti</b> Matr. DPF 9000001 SST/DINF/CGTI/DPF	 <b>Leonardo Garcia Greco</b> Perito Criminal Federal Matr. DPF 16109 SST/DINF/CGTI/DPF	 <b>Paulo Rodrigo Brito e Silva</b> Agente Administrativo Matr. DPF 19933 SAD/CGTI/DPF





## APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE MÁXIMA ADMINISTRATIVA

Tendo em vista o rigor técnico do presente Termo de Referência e os pareceres favoráveis da área de TI e da área de negócio envolvida, **aprovo** a presente minuta e encaminho os autos à SAD/CTI/DPF, responsável pelas licitações, para dela extrair todos os elementos necessários à formulação do edital de licitação, nos termos da lei e adoção das demais providências pertinentes à matéria.

**Reconheço** a necessidade dos bens e serviços que se ora se propõe a contratar como essencial para o bom desempenho das atividades meio do Departamento de Polícia Federal.

**Autorizo** a elaboração do respectivo processo licitatório na forma da Lei nº 8.666/93, bem como seja observada a disponibilidade orçamentária e financeira, para fazer frente às despesas do objeto do procedimento em comento.

O presente procedimento vem ao encontro do atendimento das recomendações do TCU de adequação dos processos de contratação desta Unidade Central do DPF relativamente aos serviços de Tecnologia da Informação, conforme dispõe a Instrução Normativa nº 4, de 2014, da SLTI.

Brasília, 08 de março de 2016



**Marcelo de Azambuja Fortes**

Perito Criminal Federal  
Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
DINF – DIVISÃO DE INFORMÁTICA**

**ANEXO I – DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS**

NOME DA EMPRESA LICITANTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE/FAX/E-mail:

LICENCIAMENTO DE SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DE FITOTECAS				
Lote Único		Qtde	Preços – Em R\$	
Item	Descrição		Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
01	Serviços de licenciamento de software para gerenciamento de fitotecas, de acordo com o descrito no Termo de Referência.	01		
<b><u>Valor Global da Proposta (R\$) por extenso</u></b> <b><u>(período de quatro anos)</u></b>				

**VALIDADE DA PROPOSTA:** ..... (prazo por extenso) dias (não inferior a 60 dias).

Local e data

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do representante legal da empresa)





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
DINF – DIVISÃO DE INFORMÁTICA

ANEXO II – DO TERMO DE REFERÊNCIA

ENDEREÇO DA CGTI DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

UNIDADE	ENDEREÇO
CGTI/DPF	SAIS, Quadra 7, Lote 23 - Edifício CGTI CEP: 70610-200 Brasília, DF CNPJ: 00.394.494/0080-30